

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal da Bahia Class.: 43

Data: 26/11/80 Pg.: _____

1970 *Índios brasileiros depõem na Holanda*

HOLANDA (UPI) — O quarto Tribunal Internacional Bertrand Russell ouviu ontem as exposições de brasileiros que testemunharam sobre a violação dos direitos das tribos Nhambiquaras e sobre os problemas das tribos situadas junto a prelazia do rio Negro, no Amazonas.

Sobre a situação dos índios das tribos Nhambiquaras falaram os integrantes de uma equipe liderada pelo bispo de Goiás Velho, Dom Tomás Balduino. Sobre a situação dos índios situados

junto a prelazia do rio Negro falaram o escritor Márcio e Souza e o índio brasileiro Alvaro Sampaio. Amanhã serão ouvidas novas denúncias sobre violações dos direitos dos índios na Bolívia.

O cacique Mario Juruna ainda não teve seu pedido de habeas corpus julgado pelo Tribunal Federal de Recursos, para que possa viajar a Holanda. Ele foi eleito presidente do Tribunal, mas não sabe se poderá assistir a alguma sessão. Página 4

Um desprezo criminoso

O índio é tutelado do Estado, de maneira que o constrangimento que a Funai impõe ao cacique xavante Mário Juruna, impedindo-o de participar do Tribunal Bertrand Russell, por mais absurdo que seja, encontra respaldo na lei.

Há que se perguntar, todavia: por que se invoca a lei da tutela para impedir uma viagem de tão grande importância para a causa indígena e se faz desta mesma lei uma letra morta, quando se trata de defender os interesses do índio?

O fato de não reconhecer o Tribunal Bertrand Russell como um organismo oficial do Governo holandês, alegar que o cacique dos xavantes já não exerce liderança sobre sua tribo, nada disto em verdade seria um justo motivo para que o Governo brasileiro proibisse a viagem do líder índio.

O que se pretende, embora não se tenha a coragem de confessá-lo, é apenas impedir que Mário Juruna denuncie ao mundo as atrocidades que aqui se cometem contra sua gente, na maioria das vezes sob as vistas complacentes do próprio Estado.

Nós não teríamos quaisquer condições de impedir a viagem do líder xavante, ao contrário até a estimularíamos, se pudéssemos apresentar ao mundo o índio brasileiro como pessoa humana a quem se deve não uma tutela paternal e hipócrita, mas um mínimo de respeito.

Infelizmente o Brasil é hoje um dos países onde o processo de dizimação das reservas autóctones assume um ritmo de verdadeira catástrofe.

Temos medo até das verdades que um cacique iria dizer na Holanda, onde Rui Barbosa se fez águia na defesa dos direitos humanos.

Quaisquer restrições que se façam ao comportamento irrequeto do cacique Juruna não desmerecem sua participação histórica em defesa de seu povo, muito menos minora a angustiante problemática do índio brasileiro.

A verdade é que a questão indígena entre nós assume características de uma verdadeira calamidade a que não podemos dar mais as costas.

A ida de Mário Juruna à Holanda não iria solucionar nenhum dos problemas do seu povo. Impedir também que ele viaje não altera a péssima imagem que sedimentamos de um país que nutre por um dos elementos fundamentais de sua etnia o mais criminoso dos desprezos.

Os representantes dos interesses indígenas devem saber que o Brasil sustenta na atualidade o maior índice de destruição de comunidades aborígenas do mundo, o que lamentavelmente é uma verdade. Negar a Juruna o direito de confirmá-la atesta apenas que o índio brasileiro, depois de perder suas terras e suas culturas, seus costumes e sua identidade, perde agora também o direito de falar a verdade, ainda que no mais compreensível português.